O IMPÉRIO DA LEI ÉTICA

JOSÉ MIGUEL RAMOS DE ALMEIDA

Conheci Francisco Salgado Zenha (F.S.Z.) no início da década de 50, simultaneamente com outros jovens que, por razões políticas, artísticas ou profissionais — chamava-lhes Zenha a "Tertúlia Jurídica" —, rodeavam o meu padrasto, Fernando de Abranches Ferrão (F.A.F.). Procuravam-no no escritório da Rua do Crucifixo e muitos passaram também a frequentar a sua casa da Rua António Maria Cardoso. Os casais Soares e Zenha apareciam, em geral, juntos.

Mário Soares escreveu no *In Memoriam de Fernando de Abranches Ferrão*: «Ele [F.A.F.] chamava-nos, ao Zenha e a mim, "as suas espanholas", porque éramos nós que o desafiávamos para o mau caminho da actividade de resistência política».

Por isso, em Lisboa, os meus encontros com F.S.Z. eram casuais. Só mais tarde, durante as férias que ambos passávamos em quintas nos arredores de Braga, os nossos encontros passaram a ser frequentes, nasceu a intimidade, cresceu uma amizade.

Braga era então a digna descendente da Bracara Augusta. Tinha um microclima especial — o ar filtrado pelas zonas arborizadas que a cercavam era fino e puro, o silêncio era apenas quebrado pelos toques dos muitos sinos das muitas igrejas, e as ruas, quase desertas, eram percorridas por devotas nas suas peregrinações quotidianas e clérigos tirados das ilustrações de Leal da Câmara para *A Velhice do Padre Eterno*.

Nesses bucólicos Verões minhotos, reuníamo-nos em Soutelo, local da quinta da família Zenha, num clube frequentado também por outras famílias da região. Entre todas, imperava a tribo Zenha, e na tribo sobressaía, evidentemente, o Francisco, amado e respeitado por irmãos, cunhados e sobrinhos. Ainda conheci sua mãe, uma mãe patrícia, com um ar simultaneamente imponente e bondoso.

No clube fazíamos partidas de cartas ou de ténis, e organizávamos fun-

gágás com barracas de pimpampum e de comes e bebes. Muitas manhãs partíamos em expedição para os rios Homem ou Cávado, a locais conhecidos dos iniciados, aos quais só se tinha acesso atravessando milharais e onde o leito e as margens eram areados e a corrente pouco profunda. Outras vezes mergulhávamos em zonas de água mais profunda, a montante das azenhas.

Sentados *sub tegmine*, cavaqueávamos longamente sobre coisas da vida e observava o seu original modo de as abordar: inteligente, com distanciamento, cepticismo, positivismo e sarcasmo. Não era homem para grandes indignações, paixão ou sofrimento — intervinha, mas no íntimo mantinha-se *ad latere*.

Terminadas as férias, continuávamos a conviver em Lisboa.

Mais tarde, as nossas vidas cruzaram-se em duas situações delicadas.

A primeira, teve a ver com o escritório da Rua do Crucifixo, que meu filho Miguel herdara daquele que o considerava como neto e em cujo *In Memoriam* se podem ler as últimas palavras que lhe dirigiu como avô e patrono.

Tratava-se de obras que alguém mandara executar, estando o Miguel no hospital em Londres, e continuaram já depois da sua morte, obras que, ao peso da doença, acrescentaram o desgosto de saber que o gabinete de seu avô e depois seu, fora amputado em busca de rendimento. Havia quanto ao pagamento um problema material e moral que a Teresa, minha mulher, discutiu com o decano do escritório, porque eu nunca mais tive a coragem de lá entrar. A nosso pedido, F.S.Z. interveio, tendo-nos apoiado e escrito ao empreiteiro uma carta que encerrou o assunto.

Por fim, na fase terminal da sua doença, fui procurado por Henrique Zenha, seu sobrinho e colaborador, que me pediu uma orientação para a atitude a tomar. Aconselhei que se evitassem terapêuticas heróicas prolongadoras da agonia, idas ao estrangeiro — onde F.S.Z. certamente se sentiria desenraizado e infeliz — e prodigalidade no tratamento da dor, na atenção ao conforto em todos os momentos e, o que era inútil recomendar, na solidariedade, amor, carinho e respeito com que o deviam cercar.

Assim fizeram. Morreu alguns meses depois.

Posta esta introdução que nos situa, escrevi em homenagem a F.S.Z. o texto que se segue, onde procuro analisar brevemente a década que passou desde a sua morte. Trata-se de uma série de lugares-comuns, tanto no sentido de juízo geralmente aceite como no de trivialidade, porque até hoje não têm suscitado senão indiferença.

Há muito que a política deixou de ser o exercício ético concebido por Erasmo. Apenas um século depois, já Locke defendia que a política não tinha de se preocupar com a moral, e mais outro século passado, Jeremy Bentham definia lei moral como a que fosse do agrado da maioria, no que foi entusiasticamente apoiado.

No século XIX, instalou-se totalmente a moral dos *lobbies*, que incansavelmente tecem a sua teia de cumplicidade e de mentira.

F.S.Z. era muito sensível aos fundamentos éticos do problema, e antes dele outros o foram também. Disraeli afirmava que os políticos não possuem sensibilidade de espírito para perceberem que as doutrinas tem *nuances*, nem justeza de julgamento para evitarem convencer os outros do que lhes convém, acabando por se convencerem a si próprios.

Eça de Queiroz, em carta a Oliveira Martins, escreveu: «A política é movida por cordéis tão sórdidos que tudo é possível, desde que não faltem as mãos sórdidas para os puxar».

Finalmente, George Orwell, o mais severo denunciador destas manobras, acusou os políticos de transformarem a mentira em verdade indiscutível, o crime num acto respeitável, e de darem ao próprio vento a aparência de solidez.

Hoje, a moral política, em nome do chamado progresso rege-se pela adoração do dinheiro, do lucro, do consumo, pelo uso da força bélica ou do terrorismo, pela exploração sem limites da natureza. Donde, e em todos os aspectos da vida as crescentes assimetrias.

Perante esta incrível situação, os governos agitam-se, o que é sinal de má consciência e da necessidade de sugerirem trabalho e empenho.

Multiplicam-se as cimeiras, as conferências, criam-se emblemas, *posters*, e surgem promessas como a escandalosamente célebre de Alma Ata: «Saúde para todos no Ano 2000»; ou, agora, a de Joanesburgo: «Saneamento básico para 2015».

Porém, o número de seres gravemente desnutridos, sem abrigo, sem escola, deslocados, separados das famílias, mortos de fome ou por doenças evitáveis ou curáveis atinge centenas de milhões e não cessa de crescer, apesar de pela primeira vez na sua história a Humanidade possuir os meios para combater com êxito todos estes problemas.

Entretanto, surgiram novas epidemias: crianças usadas como carne para canhão, mão-de-obra barata e objecto sexual de pedófilos, por vezes comerciantes, outras vezes familiares próximos, professores, ministros das igrejas.

Mascara a situação o facto de, nas gentes do Terceiro Mundo —

África, América Latina — haver uma natural vocação para a alegria, só perdendo o sorriso quando o marasmo é tão profundo que nem as moscas dos olhos enxotam.

Já o mesmo não acontece no mundo industrial, Portugal incluído, e o resultado é a alienação cultural, o suicídio e uma neurose colectiva tanto mais grave quanto mais rico é o país.

A vida perdeu qualidade. A família, a mais importante célula social, depósito dos valores míticos e éticos, desagregou-se e reduziu-se à família nuclear instável e móvel. Pai e mãe trabalham fora, saem cedo, não almoçam em casa, e regressam tarde, esgotados e impacientes. Disso resultam, nos curtos momentos de convívio, conflitos agravados pela exiguidade dos espaços. Os avós ficaram na aldeia ou vivem em lares para a terceira idade e as famílias dispersas só se reúnem nas festas, nos aniversários ou mesmo somente nos enterros. Com os vizinhos não há convívio nem inter-ajuda. Mal se conhecem de vista e nada se sabe deles, embora, devido ao tipo de habitação, se oiçam todos os ruídos, dos mais íntimos aos mais desagradáveis. Nunca houve tanta promiscuidade entre pessoas tão estranhas.

Vive-se em bairros-galinheiro-dormitório, monotonamente despersonalizados e até as lojas perderam a identidade do comércio pessoal, substituídas pelas grandes superfícies.

As escolas estão superpovoadas e são perigosas. O automóvel, o grande aferidor social, invadiu todos os espaços livres e no seu interior passam-se horas na claustrofobia do engarrafamento.

Na cidade industrial, os sons da natureza foram substituídos pelas sereias dos alarmes, das ambulâncias ou dos carros da polícia, e a noite, artificialmente iluminada, transformou-se numa paisagem nunca imaginada.

Populações apressadas e tensas correm para o trabalho como formigas enlouquecidas, trabalho que do artesanato criativo passou à produção em série, em que cada um executa repetida e automaticamente tarefas afastadas dos objectivos e resultados finais.

Até os conceitos fundamentais do tempo e do espaço se alteraram e o homem procura pela comunicação electrónica das redes escapar aos seus limites e fugir de si próprio.

Os filhos, ora dominados ora abandonados, refugiam-se, no que são acompanhados pelos pais, na televisão, recreação passiva que amordaça todo o diálogo e transmite programas onde abundam a pornografia mais grosseira, os ardis financeiros, os efeitos fantásticos e a ferocidade dos vinga-

dores que é sempre moralmente justificada pela malvadez dos monstros que combatem.

A televisão é um problema presente mas também um problema do passado, pois os homens que governam o país mais poderoso do mundo foram já seus espectadores enquanto crianças e não puderam deixar de ficar para sempre impressos com os valores encarecidos. A televisão roubou ao Homem riqueza interior, capacidade para o sonho e a meditação, e ameaça destruir para sempre a vida espiritual.

Pensava-se que o progresso iria libertar o Homem. Mas, na via que trilhamos, está a destruir o Homem. Estamos em risco de extinção. Só sobreviveremos se não nos esquecermos de que dispomos de razão e consciência — e as usarmos para defender o império da lei ética.